

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 924/XIV/2ª

SALVAGUARDA, MUSEALIZAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO CONJUNTO MONUMENTAL ISLÂMICO DA SÉ DE LISBOA

Várias organizações do setor da arqueologia e de defesa do património, bem como arqueólogos e historiadores vieram a público chamar a atenção para a iminente destruição dos vestígios da mesquita islâmica encontrados no âmbito do projeto de valorização da Sé de Lisboa, da DGPC.

No despacho que autorizava a destruição, a DGPC alegava que a preservação dos vestígios era incompatível com a concretização do projeto cujo objetivo seria a valorização do conjunto arqueológico que se propunha destruir. A DGPC alegou também que as obras de recuperação destes vestígios colocariam em causa a estabilidade do claustro da Sé de Lisboa.

O projeto de valorização negligenciou o parecer das arqueólogas responsáveis pelos trabalhos de arqueologia no claustro da Sé de Lisboa e a justificação apresentada pela DGPC destacava o risco de ruína do claustro e do edifício da Sé. Por despacho do Ministério da Cultura, a DGPC foi obrigada a alterar o projeto de modo a incluir a proteção dos vestígios e a respetiva musealização.

Ainda assim, a DGPC entendeu solicitar outros pareceres a especialistas em arqueologia islâmica e ao LNEC, tendo tornado públicas apenas partes desses pareceres. Entendeu também ignorar uma proposta de classificação do conjunto arqueológico urbano localizado sob o claustro da Sé, bem como as ruínas do conjunto monumental islâmico. A DGPC ignorou ainda pareceres de arqueólogos e historiadores, da Associação dos Arqueólogos Portugueses e do ICOMOS.

Todas as vozes são unânimes em considerar que o valor cultural dos vestígios não tem paralelo na Península Ibérica. Nesse sentido, afigura-se como essencial que exista um parecer por parte da engenharia das estruturas, que sejam concluídos todos os trabalhos arqueológicos, compilada e estudada toda a informação recolhida pelas especialistas, arqueólogos e historiadores, sob a coordenação das duas arqueólogas que trabalham no local há décadas.

Após a recolha de todos os pareceres e concluídos os estudos, necessariamente que terá de haver uma alteração substancial do projeto, visando a salvaguarda, musealização e valorização do conjunto monumental islâmico da Sé de Lisboa.

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia da República recomende ao Governo que:

1 – Fomente todas as condições necessárias à conclusão da intervenção arqueológica, investigação, divulgação e debate científico e académico e estudos de estruturas sobre o claustro da Sé de Lisboa, tendo em vista a sua musealização e valorização do conjunto monumental islâmico.

2 – Em função das conclusões, e ouvido o Conselho Nacional de Cultura, instigue a DGPC às alterações do projeto de obras de modo a que seja salvaguardado no seu todo e adequadamente integrado e valorizado o conjunto monumental islâmico da Sé de Lisboa.

Assembleia da República, 5 de fevereiro de 2021

As Deputadas e os Deputados do Bloco de Esquerda,

Alexandra Vieira; Beatriz Dias; Isabel Pires; Pedro Filipe Soares; Mariana Mortágua;
Jorge Costa; Fabíola Cardoso; Joana Mortágua; João Vasconcelos; José Manuel Pureza;
José Maria Cardoso; José Soeiro; Luís Monteiro; Maria Manuel Rola; Moisés Ferreira;
Nelson Peralta; Ricardo Vicente; Sandra Cunha; Catarina Martins